

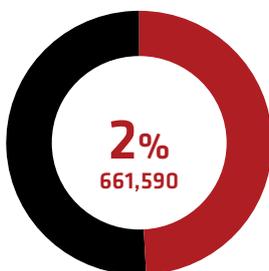


Mapeamento do envolvimento da diáspora **ANGOLA**

Factos & Números

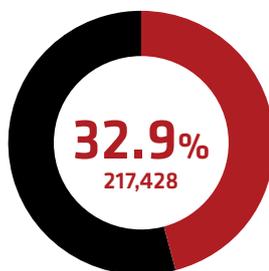
Emigração

% de emigrantes na população total



♂ 49.2%
♀ 50.8%

% dos quais na UE



♂ 45.9%
♀ 54.1%



Remessas como parte do PIB: 0%
Entrada de remessas (milhões USD): 14



Países de destino de topo

República Democrática do Congo	179,065
Portugal	158,958
África do Sul	69,659
Congo	42,506
Namíbia	39,580



Direitos políticos



Dupla cidadania¹



Direito de voto nas eleições nacionais para cidadãos residentes no estrangeiro²



Terminologia: Angola refere-se à sua diáspora como “Comunidades Angolanas no Exterior”, embora o termo “diáspora” seja também utilizado em documentos oficiais.

Angola não tem uma política de envolvimento da diáspora.

¹ A Constituição de Angola (2010) estabelece que “o filho de pai ou mãe de nacionalidade angolana, nascido em Angola ou no estrangeiro, [ênfase do editor] deve ser um cidadão angolano por origem”. A dupla nacionalidade foi permitida pela *Lei n.º 2/16 de 15 de Abril - Lei da Nacionalidade*. Texto completo disponível em português em: http://citizenshiprightsafrika.org/wp-content/uploads/2016/04/Angola_Lei-da-nacionalidade_No2-2016.pdf

² LEI N.º18/21 DE REVISÃO CONSTITUCIONAL <https://pt.euronews.com/2022/08/24/diaspora-angolana-votou-em-lisboa>. Angola introduziu o sistema de sedes extraterritoriais com a Lei Eleitoral de 1992, mas este ainda não foi implementado.

Visão geral da política e do quadro legislativo



2018



2022

● **O Plano de Desenvolvimento Nacional (PND)³** assinala que a diáspora desempenha um papel importante na projeção da imagem de Angola no mundo e contribui para o seu crescimento económico através das suas competências, conhecimentos e investimentos. O PND inclui um objetivo político de “valorização da relação de Angola com a diáspora angolana no mundo”. Reconhece também o papel central da diáspora na realização da Agenda 2063 da União Africana.

A estratégia do PND visa construir Angola através de “uma melhor representação nos organismos internacionais, consolidando a sua relação com as instituições financeiras, e desenvolvendo uma relação estreita com a diáspora angolana”. Entre as ações prioritárias associadas a esta estratégia, que o Ministério das Relações Exteriores (MIREX) está a levar a cabo como parte do PND, estão:

- Desenvolver e implementar uma estratégia de envolvimento para as comunidades angolanas no estrangeiro;
- Desenvolver e implementar um portal eletrónico para as comunidades angolanas no estrangeiro, com a finalidade de divulgar informações importantes, resolver problemas, e incluir a diáspora nos assuntos nacionais relevantes;
- Promover ligações com comunidades estrangeiras que têm laços históricos e de sangue com Angola.

Além disso, na secção 4 (Política de Saúde), inclui um objetivo de ajudar a abordar o recrutamento de profissionais de saúde que dá prioridade aos candidatos angolanos e da diáspora.

2018

● **Política de Migração de Angola⁴** O desenvolvimento da Política de Migração de Angola (AMP) foi liderado pela PME, e foi adoptado em 2018 pelo Conselho de Ministros. A AMP centra-se: na gestão dos fluxos migratórios; no estudo das tendências migratórias; na integração de migrantes e reintegração de nacionais; na recolha, análise e publicação de dados sobre migração; na análise dos efeitos das alterações climáticas nas políticas migratórias; na promoção do turismo como chave para o desenvolvimento; no envolvimento da diáspora e sua contribuição para o desenvolvimento de Angola; no regresso de nacionais qualificados; e na prevenção do crime transnacional.

2023

● **Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo para Angola 2050:** De acordo com uma nota do Ministério da Economia e Planeamento (MEP), o documento traz uma visão global para Angola e o seu papel a nível internacional nos próximos 30 anos. Apresenta cinco (5) eixos prioritários de desenvolvimento: (I) uma economia diversificada e próspera; (II) uma infra-estrutura moderna e competitiva; (III) uma sociedade que valoriza e potencia o capital humano; (IV) um ecossistema resiliente e sustentável e (V) uma nação justa e com igualdade de oportunidades.⁵

» Tendências

Angola sofreu de várias décadas de conflito até aos anos 2002 primeiro como parte da luta pela independência de Portugal, e depois como um dos últimos conflitos por procuração da Guerra Fria. O governo reconheceu formalmente o papel que a diáspora angolana pode desempenhar no desenvolvimento nacional, especialmente nesta fase crítica de reconstrução e reconciliação.⁶⁷ O governo angolano deu alguns passos importantes no sentido de se envolver com as suas diásporas através de programas de reintegração e de recursos humanos imediatamente após o conflito, trabalhando com a OIM e o ACNUR para organizar o repatriamento de antigos refugiados angolanos dos países vizinhos.⁸

3 <https://www.cabri-sbo.org/en/documents/national-development-plan-pnd-2018-2022>

4 <https://publications.iom.int/system/files/pdf/MGI-Angola-2021.pdf>

5 <https://www.mep.gov.ao/angola-2050>

6 OIM. *Migração e Desenvolvimento: Novas Perspectivas Estratégicas e Formas Práticas de Avançar. Os casos de Angola e da Zâmbia.* https://www.iom.int/sites/default/files/our_work/ICP/IDM/MRS21.pdf

7 Outro exemplo disto é a reunião sobre o envolvimento da diáspora em 2004 organizada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MIREX). Ver ANGOP. *Encontro de Cadres angolanos da diáspora começa hoje.* http://m.portalangop.co.ao/angola/en_us/noticias/sociedade/2004/10/46/Meeting-Angolan-Cadres-From-The-Diaspora-Starts-Today,f21cf123-ee4c-4a76-8a23-eb77b81f62cd.html?version=mobile

8 Entre 2003 e 2007, cerca de 74.000 refugiados foram repatriados voluntariamente para Angola apenas da vizinha Zâmbia. Ver OIM *op. cit.*

A implementação de medidas de paz estabilizaram o país, e com um crescimento económico impressionante desde os anos 2000 até meados dos anos 2010, na sequência de um boom petrolífero, Angola tornou-se um país de destino de migrantes na África Austral. Esta história recente, combinada com uma percentagem relativamente baixa de angolanos que vivem fora do país e uma baixa dependência das remessas de emigrantes, significa que tem havido poucos incentivos para o governo se envolver com a sua diáspora, com exceção de alguns programas limitados (em curso até 2008) para recrutar profissionais qualificados da diáspora para colmatar a escassez de competências em áreas como a saúde e a engenharia.⁹ No entanto, o aumento da migração de cidadãos portugueses para Angola após o colapso económico de 2008 significou que o governo angolano tem sido capaz, desde então, de resolver algumas carências de competências (especialmente na educação e engenharia/construção) sem necessariamente recrutar profissionais da diáspora.

Como resultado destes fatores, as políticas e programas de envolvimento da diáspora são limitados em Angola. Desde 2013, a OIM tem vindo a trabalhar com o governo angolano e as comunidades locais para desenvolver estratégias de envolvimento e migração da diáspora.¹⁰ Embora estas estratégias não tenham sido formalmente adotadas, algumas das suas recomendações foram incluídas no PND 2018-2022. A OIM está também a ajudar o governo no desenvolvimento da primeira Política Nacional de Migração em Angola.

Obstáculos



- **Falta de políticas oficiais do governo:** Como Angola carece de políticas governamentais oficiais dirigidas à diáspora, há pouco ou nenhum enquadramento para encorajar o envolvimento da diáspora.
- **Falta de confiança:** Um legado da longa história de conflito de Angola tem sido as relações difíceis com a sua diáspora, que permanece polarizada politicamente.¹¹ Enquanto a ala Jovem do Movimento Popular para a Libertação de Angola (JMPLA) está ativa em vários países de residência, há pouco envolvimento mais amplo da diáspora.¹²
- **Falta de capacidade de organização da diáspora:** A maioria da diáspora angolana não mostra interesse em aderir a qualquer tipo de organização ou grupo.¹³

9 Ibid.

10 OIM, *op. cit.*, p. 1. Angola foi também um dos vários estados africanos que apoiou o desenvolvimento da Plataforma de Desenvolvimento da Diáspora África-Europa (AEDP, precursora da ADEPT), e os funcionários da MIREX participaram em várias “reuniões de peritos” da AEDP entre 2012 e 2014. Uma missão da AEDP a Luanda em 2013 fez uma série de recomendações para reforçar o envolvimento da diáspora angolana, incluindo a necessidade de estruturas de envolvimento e de uma base de dados de competências da diáspora, mas estas ainda não foram implementadas pelo governo angolano. Ver UE e Plataforma África-Euro. Relatório da Missão aos Países-Piloto - Angola 28 de Outubro - 13 de Novembro de 2013

11 OIM (2010). *Angola: Um Estudo do Impacto das Remessas de Portugal e da África do Sul*. Disponível em : <https://publications.iom.int/system/files/pdf/mrs39.pdf>.

12 Ver, por exemplo, <https://www.facebook.com/Jmpla-Portugal-760422410721127/>

13 IOIM (2010). *Angola: Um Estudo do Impacto das Remessas de Portugal e da África do Sul*. Disponível em : <https://publications.iom.int/system/files/pdf/mrs39.pdf>.

DESTAQUE: práticas eficazes



Sessões de Consulta da Diáspora 2017

NETWORKING & PARCERIAS

O Instituto das Comunidades Angolanas no Estrangeiro e Serviços Consulares realizou uma série de reuniões com representantes de organizações da diáspora angolana em Lisboa e noutros países de residência da diáspora. Durante estes encontros, representantes do Instituto escutaram as preocupações apresentadas pelos representantes das associações angolanas da diáspora. As questões levantadas incluíram a integração social, emprego e segurança social, legalização e regularização de documentos, bem como o papel, visão, missão, e competência das missões consulares.¹⁴

Emissão de cartões de identificação angolanos para a diáspora angolana de 2019

DIREITOS DOS MIGRANTES

O Ministério das Relações Exteriores (MIREX) anunciou em agosto de 2019 que iria desenvolver serviços para que os cidadãos angolanos no estrangeiro pudessem obter um bilhete de identidade angolano, bem como outros documentos, tais como certidões de nascimento e passaportes.¹⁵ Um dos objectivos era promover o regresso da diáspora, especialmente de profissionais qualificados.

Além disso, a embaixada de Angola na Namíbia anunciou em outubro de 2019 que estava a organizar o registo de imigrantes angolanos indocumentados e diáspora na Namíbia, fornecendo-lhes cartões de identificação consulares para lhes dar maior proteção e permitir-lhes atravessar legalmente a fronteira angolana para trabalhar.¹⁶ Isto veio em resposta às preocupações levantadas pela comunidade angolana na Namíbia acerca da falta de documentação apropriada, e do elevado número de jovens que atravessam ilegalmente a fronteira na província do Cunene em busca de trabalho.

NETWORKING

Fórum Nacional da Diáspora 2021

Em 2021, a OIM e o Instituto de Apoio às Comunidades Angolanas no Estrangeiro (IAECAE) organizaram o primeiro fórum nacional da diáspora para envolver a diáspora e promover a sua actividade a participação no desenvolvimento do país.

DIGITAL

2023 Um Sistema Geral de Gestão Consular (SIGGEC)

plataforma digital para assegurar maior integração, modernização, descentralização e operacionalidade dos serviços consulares, está a ser implementado pelo Executivo angolano, com vista a um melhor atendimento às comunidades no exterior do país.

14 <https://vivenciaspressnews.com/lisboa-instituto-das-comunidades-angolanas-no-estrangeiro-e-servicos-consulares-reuniu-se-com-as-sociacoes-comunitarias/>

15 http://www.angop.ao/angola/en_us/noticias/politica/2019/7/34/Government-speeds-issuing-diaspora,b57f4594-46fc-42d2-a3bd-b4a22a4af972.html

16 <https://www.dw.com/pt-002/legaliza%C3%A7%C3%A3o-da-comunidade-angolana-na-nam%C3%ADbia-%C3%A9-autorizada/a-50716543>

Anexo:

Lista De Actores

Instituições relacionadas com a diáspora



- **A nível regional**

Direção dos Cidadãos da União Africana e da Diáspora (AU-CIDO) 2008

A AU-CIDO é responsável pela implementação do compromisso da UA com atores não estatais através do envolvimento da diáspora e da sociedade civil. Angola nomeia um ponto focal da diáspora para representar o país nas Reuniões Continentais da UA-CIDO.

Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS) 1983

Angola é membro da ECCAS; aderiu como membro de pleno direito em 1999. Os Estados membros do EC-CAS acordaram em 1983 um Protocolo sobre a Liberdade de Circulação e Direitos de Estabelecimento dos Nacionais dos Estados Membros (Anexo 7 do Tratado original) que inclui disposições para a liberdade de circulação, residência e estabelecimento, embora este ainda não tenha sido plenamente implementado pelos Estados Membros.¹⁷

- **Instituições nacionais**

Ministry of Foreign Relations (Ministério das Relações Exteriores, MIREX) 1975

O Ministério das Relações Exteriores é responsável pelas relações externas de Angola, e pela sua rede de embaixadas e consulados em todo o mundo. É o principal ministério angolano para o envolvimento da diáspora. []

- A nível sub-ministerial

The Institute for the Support of Emigration and Angolan Communities Abroad (IAECAE - Instituto de Apoio à Emigração e das Comunidades Angolanas no Exterior) 1992

A IAECAE faz parte do Ministério das Relações Exteriores e é um “órgão tutelar” (*Órgão tutelado*) responsável pelas políticas e programas de envolvimento da diáspora em Angola, avaliação e análise das necessidades da diáspora angolana, e serviços consulares da diáspora. As principais responsabilidades do Instituto são:

- Receção de angolanos que regressam ao país permanente ou temporariamente;
- Fornecer informação e aconselhamento sobre oportunidades de emprego e investimento e sobre outros aspetos relacionados com regresso e reintegração (por exemplo, viagens, transferência de bens pessoais, abertura de contas bancárias em moeda estrangeira);
- Assistência aos angolanos no estrangeiro em assuntos administrativos e legais;
- Manter vínculos fructíferos entre el país y su diáspora.¹⁸

¹⁷ De acordo com este Protocolo, as disposições sobre a livre circulação e o direito de estabelecimento deveriam ser implementadas dentro de quatro e doze anos, respetivamente, a partir da entrada em vigor do Tratado. Uma decisão relacionada com a livre circulação de algumas categorias de pessoas foi adotada em Janeiro de 1990 e alterada em Junho de 2000. Esta decisão deveria ter entrado em vigor em março de 2005, mas as discussões estão ainda em curso. Para mais informações, ver: Relatório do Relator Especial sobre os direitos humanos dos migrantes na sua missão a Angola - Junho 2017, disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/G1709978.pdf>

¹⁸ <https://micicinitiative.iom.int/micicinitiative/institute-providing-support-angolan-communities-abroad-iaecae> ; see also Ministério das Relações Exteriores, Estatuto Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, available at: http://www.saflii.org/ao/legis/num_act/eodmdre524.pdf

Câmara de Comércio e Indústria Portugal Angola (CCIPA, Portugal Angola Chamber of Commerce and Industry) 1987 Portugal

Fundada em julho de 1987 por um grupo de empresas portuguesas e angolanas, a Câmara de Comércio e Indústria Portugal Angola é uma associação empresarial privada bilateral. A CCIPA é uma instituição de utilidade pública sem fins lucrativos, com sede em Lisboa. Em 1991, abriu a sua Delegação em Luanda e os seus Estatutos foram aprovados pelo Governo angolano, tornando-se a primeira associação empresarial com este estatuto em ambos os países.

Organizações da diáspora na Europa



Comunidade Angolana em Londres (ACL) 1994 Reino Unido

Atividades de integração

A ACL foi criada em benefício dos angolanos necessitados e residentes em Londres. Trabalha para aliviar a pobreza, fornecendo aconselhamento e informação sobre habitação, saúde, benefícios, e questões de imigração.

Angola e Congo Organização de Ajuda Solidária (ANKOSO) Alemanha

Atividades de desenvolvimento

Atividades de integração

Uma organização da diáspora angolana e congoleza com sede em Colónia, que organiza eventos culturais e comunitários na Alemanha, e que realiza projetos de desenvolvimento comunitário em Angola.

Associação de Estudantes Angolanos em Portugal (AEAP) 1984 Portugal

Atividades de integração

A Associação dos Estudantes Angolanos em Portugal é uma organização que representa os estudantes angolanos em Portugal, de natureza académica, social e cultural. Trabalha para apoiar os estudantes angolanos em Portugal. [f]

Associação dos Residentes Angolanos no Concelho de Odivelas – ARACODI Portugal

Atividades de integração

Organização comunitária angolana que fornece aconselhamento e outros serviços de integração para angolanos em Portugal.

Associação Angolana de Solidariedade em Portugal (ASAP) Portugal

Atividades de integração

Organização comunitária angolana que fornece aconselhamento e outros serviços de integração para angolanos em Portugal.

Associação de Desenvolvimento e Defesa dos Angolanos (ADDA) 1996 Portugal

Atividades de integração



A ADDA trabalha para apoiar a integração dos imigrantes angolanos em Portugal e fornece serviços culturais, de formação e de integração social. [f]

Associação da comunidade angola em Portugal 2018 Portugal

☑ Atividades de integração

O objetivo desta associação é reunir a comunidade angolana residente em Portugal, promover a cultura e a gastronomia angolana, e organizar eventos desportivos e culturais. [f]

Associação dos Jovens Angolanos em França (AJAF) 2013 França

☑ Atividades de integração

Uma rede juvenil angolana da diáspora que organiza eventos culturais e oferece formação e atividades juvenis aos seus membros. [f]

AQDAFA - Associação de Quadros da Diáspora para o Apoio a Formação dos Angolanos 2020

Atividades de desenvolvimento Uma associação sem fins lucrativos, constituída por profissionais angolanos e estrangeiros, cujo objectivo principal é de apoiar a formação em Angola. A associação está legalizada em França e tem membros em 11 países do mundo.

Um Sistema Geral de Gestão Consular (SIGGEC) 2023

Plataforma digital para assegurar maior integração, modernização, descentralização e operacionalidade dos serviços consulares, está a ser implementado pelo Executivo angolano, com vista a um melhor atendimento às comunidades no exterior do país.

Casa de Angola 2012 Portugal

☑ Atividades de integração

Um restaurante e centro cultural angolano em Lisboa que organiza eventos e obras culturais angolanas para promover a cultura angolana em Portugal. [f]

Federação Das Associações Angolanas em Portugal (FAAP) 2018 Portugal

☑ Atividades de integração

Um grupo guarda-chuva de organizações angolanas em Portugal que trabalha para servir a diáspora angolana no país. [f]

União da Diáspora Angolana (UDA) 2017 United Kingdom

Atividades de integração

A UDA é uma associação da diáspora angolana cujo objetivo é unificar as comunidades angolanas no estrangeiro para que possam defender os seus direitos nos países de residência. [f]

Escrito por: **AFFORD**
Editado por: **EUDiF**
Setembro de 2020
Atualizado em dezembro de 2023



Implemented by



Funded by
the European Union



Para saber mais, consulte www.diasporaforddevelopment.eu